

Resumo: O presente trabalho analisa as decorrências sociais, políticas e institucionais da broca do café (coffee berry borer), praga que atacou os cafeeiros paulistas e levou à constituição de uma comissão científica para combatê-la. Noticiada pela imprensa paulista em 1924, a broca levou à convocação de Arthur Neiva e Costa Lima para identificação do parasita, no qual confirmaram tratar-se da mesma praga que devastara a cafeicultura nas colônias holandesas do sudeste asiático. Um debate tomou lugar na imprensa sobre a responsabilidade pela introdução do inseto originário da África, culpa que recaiu sobre o Instituto Agrônomo de Campinas e seu diretor, Arthaud Berthet. A gravidade e ameaça representadas pela praga fizeram com que o governo paulista nomeasse a Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira, que conduziria a campanha contra a broca. Esta incluiu a determinação de medidas que incidiram sobre a dinâmica da produção cafeeira e a implementação de vigoroso aparato de fiscalização aliado à ampla campanha de divulgação científica. Por meio da divulgação, a Comissão procurou atingir todos os segmentos da economia cafeeira, desde os latifundiários aos pequenos sítiantes analfabetos. Face ao alargamento das atribuições da Comissão e persistência da praga, o governo paulista criou, em 1927, o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, centro de pesquisas voltado à defesa sanitária da agropecuária paulista. O recrudescimento da broca no ano seguinte fez com que a instituição recém-fundada adotasse como método de combate o controle biológico. Em 1929 foi enviada uma missão à Uganda para importar os inimigos naturais do inseto, ano marcante pela crise que abalou a economia cafeeira. Através desse estudo observamos a importância da broca do café como episódio da história das ciências e da economia, ao suscitar a utilização de meios inovadores na divulgação científica, ocasionar a fundação de uma instituição científica e implantar método pioneiro no controle de pragas agrícolas.